

EDITORIAL – TUDO OUTRA VEZ: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O TERCEIRO MANDATO DE LULA

O contexto não é dos mais fáceis para os movimentos sociais das classes trabalhadoras das cidades e do campo. São sete anos seguidos de retrocessos sociais e político-institucionais. A vitória eleitoral do PT e aliados sobre a perspectiva fascista é um alívio, mas não significa a derrota da extrema direita e sua expressão atual, o bolsonarismo, como manifestação dos interesses mais egoístico-corporativos dos de cima.

Desafogo também tivemos nós dos Cadernos do Ceas, que conseguimos superar agora definitivamente, acreditamos, mais um problema técnico com a nossa plataforma digital, finalmente atualizada e funcionando normalmente. Como todos os democratas se sentem leves pela derrota do 08 de janeiro, nós editores e colaboradores desta revista, sentimo-nos duplamente aliviados, pela derrota do golpe dado pela extrema direita em 08 de janeiro de 2023 e pela retomada dos Cadernos. Seguimos, todos, vivos e firmes, prontos para seguir peleando, e agora publicando a edição n. 257, do v. 48, correspondente ao último quadrimestre de 2022. Devido a este atraso, foi possível vivenciar os primeiros 180 dias do novo governo e perscrutar as perspectivas das lutas sociais futuras à moda de editorial.

Institucionalmente, a ameaça fascista parece superada. Os poderes republicanos, depois da sonolência em 2016, seguem atentos e operantes, depois que as ameaças autoritárias passaram a mirá-los diretamente. Bolsonaro já ostenta mais uma (des)qualificação, inelegível. Mas sobre seu futuro ainda apontam outras espadas, aguardemos.

Por outro lado, as incertezas políticas que sombreiam o novo governo vão se dissipando, apesar do Centrão e do poder do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Dominada pela direita, esta casa legislativa, para manter-se como destinatário dos regalos orçamentários, agora institucionalizados, desvencilha-se do bolsonarismo para abraçar o governo, seus cargos, ministérios, liberação bilionária de emendas legislativas etc. Nesse momento, ainda de boas relações e expectativas econômicas, observa-se mesmo a integração de líderes parlamentares bolsonaristas ao governo, a exemplo do novo ministro do Turismo. O que isso resultará, logo saberemos.



Com os novos aliados saciados, *ma non troppo*, o governo conseguiu, com folgas, aprovar a primeira parte da Reforma Tributária, alterar a composição para as decisões do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), aprovar um marco fiscal em substituição ao congelamento de gastos sociais da era Temer-Bolsonaro, melhorando as expectativas de receitas públicas e de crescimento econômico. Mas no terreno das relações com a direita congressista tudo é incerto, como a história recente bem nos ensinou.

De qualquer modo, com a adesão de significativos segmentos da classe dominante nacional, o governo espera crescimento econômico acima das projeções do mercado, mantendo o patamar de 2022, mas este erigido sobre uma base ainda comprimida pela pandemia de Covid-19 nos anos anteriores.

Na classe dominante, de olho em grandes projetos de infraestrutura e na política industrial, percebe-se uma mudança na relação política com o novo governo. Embora, a oposição bolsonarista continue forte, sobretudo nas frações rurais, boa parte da burguesia se aproximou do governo, tendo Geraldo Alkmin como seu principal interlocutor, mas também o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A proposta do arcabouço fiscal, que assegura um horizonte confortável para o pagamento da dívida pública, agradou ao capital financeiro-especulativo; o Plano Safra melhor que o esperado, agrada e neutraliza politicamente o agronegócio mais agressivo; e o encaminhamento da reforma tributária com concessões sociais e a manutenção de privilégios ainda mais significativos aos capitalistas, ademais da simplificação do sistema, agradam e garantem estabilidade na relação com as várias frações da burguesia.

Todavia, em se tratando da classe dominante brasileira, não se deve olvidar que, em 2016, ela sequer pestanejou em apoiar o golpe contra o governo Dilma Rousseff, como o fizera em 1964 depois de se beneficiar amplamente com o projeto nacional desenvolvimentista do PSD-PTB e, entre 2003 e 2015, com os governos petistas. Desse modo, um provável apoio ao governo Lula será circunstancial e terá em conta apenas os benefícios que lhes são por esse acenados.

Nessa direção, pode justificar tal aproximação o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com investimentos diversos previstos da ordem de R\$ 60 bilhões por ano, ou R\$240 bilhões do orçamento da União para os quatro anos do atual governo; e mais empréstimos para as PPP (parcerias público-privadas) e obras dos governos estaduais e municipais. Além disso, há os financiamentos voltados ao que tem sido chamado de

neoliberalização, com recursos altamente subsidiados ou a fundo perdido. Inicialmente estão previstos R\$ 106 bilhões até o final do governo, além de garantia dos compromissos com a dívida pública.

Com a inflação desacelerando, o desejo social generalizado pela redução da taxa de juros (apesar da resistência da presidência do Banco Central), o Bolsa-Família reformatado como programa de distribuição de renda, as pesquisas de opinião já sugerem uma melhora na percepção de que a vida vai melhorar para a maioria das pessoas, ainda que a popularidade do governo, em torno de 50%, indique que as desconfianças com o governo petista ainda não foram completamente superadas.

Para isto, certamente, contribui o enraizamento social e a resiliência da extrema direita. Apesar do deslocamento de parte considerável da classe dominante, afastando-se do bolsonarismo, cerca de 30% da população permanece alinhada com a oposição liderada por essa corrente, que, de fato, continua muito forte nos governos estaduais, Legislativo, setores do Judiciário, nas ruas e nas redes sociais. Ou seja, embora enfraquecida, está viva e continua sendo o principal bloco de poder de oposição ao governo.

Contudo, a ameaça golpista que representavam parece ter sido afastada desta conjuntura. Ao que parece, a tática deles mudou, agora farão a disputa político-eleitoral, buscando ampliar seu controle sobre o poder executivo nos municípios, em 2024. De todo modo, os segmentos fascistas não dormem, e se confirmarem as experiências históricas conhecidas, mesmo na defensiva, seguirão ativos inclusive em termos militares, com o uso da violência contra vítimas sociais mais indefesas, já que, em um horizonte próximo, não será possível mais um ataque direto ao Estado de Direito. De todo modo, a inelegibilidade de Bolsonaro poderá inclusive fortalecê-los eleitoralmente para 2026, com um nome mais palatável a setores da classe média e à centro-direita, enquanto a figura bizarra do capitão seguirá galvanizando e mobilizando os segmentos mais extremados, alicerçando um bloco neofascista e fundamentalista evangélico.

Outra questão central, nesta conjuntura, é como se reposicionam os movimentos das classes trabalhadoras e seus segmentos mais ativos, suas vanguardas políticas, os camponeses, os sem-terra e teto, feministas e jovens?

No campo social popular, a primeira constatação é que mesmo após o ensaio golpista de 8 de janeiro, os movimentos sociais não promoveram lutas de maior impacto político, tanto de rechaço ao golpismo da extrema-direita quanto de anúncio de reivindicações ao

novo governo. No movimento sindical, as principais mobilizações ficaram por conta dos professores, em vários estados, em luta pelo piso salarial da categoria e contra o novo ensino médio, bem como dos metroviários em São Paulo e Belo Horizonte; no setor industrial registram-se greves dos operários terceirizados na refinaria de Cubatão e na fábrica da Mercedes-Benz, em Campinas (SP), contra a terceirização dos setores de logística, vendas e remanufatura da empresa; no setor de serviços, observam-se as mobilizações pela aprovação do piso salarial dos profissionais de enfermagem e uma tentativa de paralização dos entregadores do *ifood*.¹ Em geral, essas greves e outras ocorridas no país foram mobilizações defensivas. Sobretudo, ressalta-se a ausência de iniciativas articuladas e coletivas, por meio das centrais sindicais, frentes e coordenações nacionais de lutas.

Entre os ditos novos movimentos sociais, os sem terras realizaram algumas poucas ocupações de latifúndios, mas com o foco voltado a nomeação de novos superintendentes regionais do Incra. Foram 33 ações até o “abril vermelho” do MST, 30 delas na Bahia (13), Pernambuco (11) e São Paulo (6), suspensas após negociações com o governo, que resultaram na substituição de 23 dos 29 dirigentes dessa autarquia nas regiões.² Por sua vez, os movimentos de sem-teto tão pouco realizaram mobilizações significativas, inclusive em São Paulo, onde o MTST havia permanecido atuante, mesmo durante os anos mais difíceis do bolsonarismo. Na Bahia, no primeiro semestre de 2023, houve a ocupação de um pequeno imóvel no Centro antigo de Salvador, com três famílias. Outros movimentos, como os de perfil étnico, feministas ou de jovens parecem se encontrarem também no modo de espera, avaliando os primeiros movimentos dos sujeitos no tabuleiro social, inclusive no campo institucional. No caso do MTST, até que ponto o fato de algumas de suas principais lideranças terem se transferido com Guilherme Boulos para aparato legislativo federal ou até para o

¹ Conforme pesquisas nos sites da CUT, Força Sindical e nos jornais Brasil de Fato, A Verdade e Nova Democracia, disponíveis em <https://www.cut.org.br/busca?busca=greve> <https://fsindical.org.br/busca/?s=greve> <https://www.brasildefatores.com.br/pesquisar?utf8=%E2%9C%93&q=greve> <https://averdade.org.br/greves> <https://anovademocracia.com.br/?s=greve> Acessados em 18.07.2023.

² Conforme levantamento nos sites do MST e G1. Disponíveis em https://mst.org.br/?s=ocupa%C3%A7%C3%A3o&ct_post_type=post%3Apage%3Awpdmpromo%3Acalendar%3Aradio%3Acomites_de_amigos%3Aloja%3Aitem_linha_do_tempo%3Abrigadainternacional e em <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/04/25/invasoes-do-mst-onde-ocorreram-e-o-que-o-movimento-quer.ghtml> Acessados em 18.07.2023.

Ministério das Cidades, comandado por Jader Barbalho Filho (MDB), influência está aparente desmobilização?³

Na esfera federal, além da visível desmobilização, o principal efeito da maior institucionalização dos movimentos e lideranças, até agora, é a proposta de criação pelo governo federal do programa Cozinha Solidária, uma experiência comunitária dos sem tetos.

Este programa foi incluído em projeto de lei, relatado pelo deputado Guilherme Boulos, cujo objeto central é a recriação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de autoria do atual governo, aprovado na Câmara dos Deputados e em apreciação pelo Senado. O relator incluiu no projeto do novo PAA a possibilidade de comercializar plantas medicinais, garantia de assistência técnica para agricultores que fornecerem ao programa, a participação de produtores urbanos - periurbanos, e a criação da modalidade sementes, propostas que se mantidas na lei e concretizadas pelos órgãos executores representarão importantes avanços para a agricultura familiar.⁴ Todavia, a retomada do PAA neste primeiro semestre de 2023 para financiar alimentação gratuita e de qualidade à população em situação de vulnerabilidade e risco social disponibilizou para todo o país somente R\$500 milhões de reais. Apesar de um conjunto de dificuldades burocráticas, as organizações camponesas, todavia, apresentaram projetos demandando R\$ 1, 2 bilhão em recursos. Enquanto isso, o Plano Safra destinado a financiar o agronegócio (2023/2024) receberá R\$ 364,22 bilhões, com um acréscimo em relação ao último (governo Bolsonaro), de 27% nos recursos.⁵ As prioridades parecem bem definidas, tanto para o governo, quanto ao que parece também para os movimentos sociais mais entranhados na dinâmica institucional.

Nesse ponto, o problema que se coloca é a tática dos movimentos sociais para os próximos anos. Por tática entende-se o caminho, a orientação a seguir, depois de desenhada, em termos analíticos, uma conjuntura específica, conectando as iniciativas políticas para

³ O Diário Oficial da União (DOU), de 24.01.2023, publicou a nomeação de Guilherme Simões Pereira para comandar a Secretaria das Periferias, do Ministério das Cidades. Militante e ex-coordenador do MTST, o novo secretário foi indicação do Dep. Federal Guilherme Boulos. Ver em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/indicado-por-boulos-membro-do-mtst-comandara-secretaria-das-periferias-do-governo-lula/> Acessado em 19.07.2023.(Pode deixar que tentarei referenciar)

⁴ <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/camara-aprova-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-recriado-por-lula/> Acessado em 18.07.2023. Registra-se a atualização dos valores pagos pelas bolsas de pesquisas aos estudantes da pós-graduação.

⁵ Conforme <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/presidente-anuncia-plano-safra-2023-2024> Acessado em 18.07.2023.

alcançar o objetivo estratégico definido. Só lembrando, durante os governos petistas anteriores os movimentos deixaram de pleitear em mobilizações massivas as mudanças sociais e as políticas públicas mais essenciais, buscando lograr êxito em negociações de gabinete sem povo nas ruas, inclusive buscando ocupar cargos no governo em espaços esvaziados de poder efetivo. Assim, convém questionar: serão repetidos na tática desses movimentos os mesmos termos daquela adotada nos governos Lula anteriores?

A resposta a esta questão exige observar que parte significativa da liderança social expressa a orientação de alguns partidos da chamada esquerda, sobretudo do PT, PCdoB e PSol. Para estas agremiações, com algumas variáveis, a estratégia central foca na luta contra o bolsonarismo, e a tática está associada à mobilização social (mais virtual que real), em campanhas como a taxaço dos ricos e fora Campos Neto, ou seja, em ações que se passam no campo do aparelho estatal. Em síntese, apostam em uma Frente Única de Esquerda para derrotar politicamente a extrema direita, inclusive disputando e ocupando os espaços do governo, com a exceção do PSol, que decidiu não assumir, ainda que tal decisão seja flexível, como visto.

Assim, com a maior parte da liderança social seguindo a orientação desses partidos, amplamente absorvidos pela dinâmica político-institucional, dificilmente teremos movimentos sociais nas ruas com mobilizações massivas, o que pressupõe atuar a partir das necessidades concretas e reivindicações dos grupos sociais. O contrário disso, ou a irrupção do povo nas ruas, todavia, não é impossível. As contradições de um governo chefiado por lideranças oriundas das lutas e movimentos das classes trabalhadoras, em coalizao com partidos da centro-direita, com um claro programa de financiamento e subsídios aos setores agrário, industrial e financeiro, logo evidenciarão o seu caráter pró burguês e de concessões limitadas aos segmentos populares. Ainda mais porque a liderança do governo encaminha a sua tática para ampliar e consolidar a aliança com os setores recém desembarcados do governo Bolsonaro.

Conscientes dessa contradição, o governo necessariamente buscará a governabilidade através de concessões crescentes ao Centrão, não estimulará a mobilização social. Esperar o contrário equivale a não ter lido corretamente todo o processo político anterior, seja durante os governos Lula seja diante da ameaça golpista a Dilma Rousseff. Tal postura, mais uma vez, poderá ser fatal. Dessas percepções é possível que brote novas mobilizações sociais, ou mesmo que os movimentos sociais em suas múltiplas conformações

voltem a ocupar o espaço público de modo mais proativo. O que inclusive pode fazer eclodir movimentos e mobilizações com perfis diferentes dos tradicionais;

De toda sorte, até aqui, isto ainda não está no horizonte. Até porque pelas centrais sindicais nenhuma convocação unitária foi esboçada com vistas à mobilização das classes trabalhadoras. Por sua vez, também as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo igualmente não apresentaram iniciativas voltadas à mobilização dos movimentos sociais, nem outras organizações se apresentam no cenário.

Assim, os agrupamentos populares tradicionais e suas direções ainda não apostaram na luta. Mas porque o imobilismo? Ausência de capacidade de mobilização? Confundem a luta contra o neofascismo da direita golpista com apoio incondicional ao governo? Compreendem independência política dos movimentos populares como oposição ao governo Lula? Ainda sem respostas objetivas, o que essas indagações explicitam é a necessidade de definição de uma tática comum aos movimentos sociais que leve em conta uma clara definição do novo governo e do que está em disputa nessa conjuntura.

Mas para tanto é necessário que resulte evidente aos movimentos que estamos diante de um governo de colaboração de classes, ainda que a maioria dos trabalhadores legitime a liderança de Lula.

Consenso no campo popular, contudo, só parece existir na atual conjuntura quanto ao inimigo principal continuar a ser a extrema direita. Mas nem por isso deixa de ser uma necessidade para os diversos movimentos sociais atuarem horizontalmente, incluindo os seus aliados presentes no governo Lula. Isto não implica desconsiderar que (por necessidade ou opção, não importa) a aliança deste governo com as alas mais fisiológicas das oligarquias, se não impedir, limitará ao mínimo as políticas e reformas sociais. Até por isso, de nosso ponto de vista, os movimentos não devem reconhecer o governo como popular e limitar a sua tática à negociação por dentro das instituições. Então, o que fazer? É a pergunta inevitável.

A resposta ou caminho, nem sempre fácil de se seguir, parte de, ao contrário de se limitar à negociação com as instituições, priorizar o trabalho político formativo, voltado a construção de mobilizações sociais nas ruas, cidades, fábricas, escolas, campos para que, no processo, o governo até possa assumir uma coloração social popular. Naturalmente, o fortalecimento dos movimentos só ocorrerá processualmente. Não será simples recuperar a confiança fragilizada depois de derrotas no campo e na cidade, passando pela inviabilização

do II Plano Nacional de Reforma Agrária, pela não demarcação dos territórios quilombolas e indígenas, e até pelas frustrações com as mobilizações de “junho de 2013”, com o “Não vai ter golpe”, o “Fora Temer” e do “Ele não”, fechando com o cipal de retrocessos da era Temer-Bolsonaro.

Por sua vez, tão pouco os capitalistas, momentaneamente divididos (mas disputando os rumos do governo), podem assumir o atual governo como organicamente seu. Eles, todavia, têm o Congresso e o Judiciário. Os trabalhadores têm somente a possibilidade de usar a força de mobilizações massivas para reverter uma correlação de forças sociais e políticas desfavoráveis, o que poderá ocorrer quando a juventude, as mulheres e as várias formações sociais populares entrarem em movimento. Então, estará em disputa tudo outra vez.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Abre a edição, a análise de uma experiência de lutas sociais articuladas horizontalmente durante o primeiro governo Lula (2003-2006), no contexto político baiano, antes da eleição do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores. Em **Articulação Rurais - Urbanos...**, Joaci de S. Cunha discute os movimentos populares na primeira década do século XXI, no cenário dos governos petistas no Brasil (2003-2010) -- e “carlista” na Bahia (2000-2010), seguido por governos dessa matriz neste estado. O Autor parte de uma caracterização socioeconômico da “Boa Terra” para construir o seu objeto de discussão, a mencionada Articulação, recortando-o após expor a trajetória das mobilizações sociais desde os anos finais do século XX, tendo como foco as ações dos Movimentos Sociais Rurais e Urbanos.

Conforme o artigo, esta Articulação conseguiu envolver em ações massivas na capital e no interior um conjunto de organizações do campo popular, unificando pautas de reivindicações urbanas e rurais, logrando conformar um sujeito social coletivo, de caráter horizontal, em período marcado pela fragmentação dos atores sociais. Talvez, por isso mesmo teve a sua existência abreviada, tanto pela emergência de uma nova dinâmica política marcada pelos governos petistas no país e na Bahia quanto por outros sujeitos, que propunham uma relação mais domesticada entre os novos governos e os movimentos populares. De todo modo essa experiência deixou lições que podem iluminar o presente.

Depois dessa mirada histórica, a edição volta-se a avaliar as linhas de direcionamento do eleitor nas eleições de 2022, em dois artigos reveladores.

No primeiro deles, voltado à prática político-eleitoral de amplos setores empresariais nacionais, as autoras Graça Druck, Lucia Pedreira, Vitória Libório, Lily Lacerda e Samara Reis registraram quantitativa e qualitativamente o assédio eleitoral nas eleições presidenciais de 2022. Em ***O assédio eleitoral nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil: violência no trabalho e nas ruas***, esse tipo de assédio moral foi analisado a partir da atuação do Ministério Público do Trabalho por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Recomendações e Ações Civis Públicas, fontes imprensa e sites de jornais e sindicatos.

Conforme as autoras, a eleição presidencial de 2022 no Brasil foi marcada por uma disputa acirrada e com um número recorde de denúncias de assédio eleitoral. As responsáveis por tal prática tentavam impor a seus empregados a candidatura de Jair Bolsonaro. Na última campanha eleitoral se viveu uma verdadeira guerra, patrocinada pela extrema direita, utilizando-se dos mais variados meios para impedir a vitória da oposição, representadas por Luiz Inácio Lula da Silva. A pesquisa ora publicada revela o grau de desespero e de violência de vários setores do empresariado brasileiro, sobretudo do agronegócio, mas também de grandes empresas do comércio atacadista e varejista, além de uma miríade de micro e pequenas empresas, que temiam a descontinuidade do seu projeto presidencial. A atuação do MPT e a celeridade das decisões judiciais, bem como os “agentes fiscalizadores” sindicais e cidadãos, foram fundamentais para assegurar a livre expressão democrática.

No segundo artigo dedicado ao pleito de 2022, o foco recai sobre as eleições na Bahia, cujo resultado foi crucial para o desfecho final das eleições presidências. Em ***O governismo em cena: notas preliminares...***, os autores Cláudio André de Souza, Humberto Dantas de Mizuca, Raquel Florence de Carvalho, refletem sobre a influência dos prefeitos na eleição ao governo estadual da Bahia do último novembro. Assim, se propõem a analisar o peso e a prevalência do apoio de prefeitos para a eleição de governadores, com ênfase no caso deste estado. Para isso, se apoiam em dados primários obtidos por mapeamento feito ao final das convenções partidárias e resultado das urnas em primeiro e segundo turno dessas eleições.

Os autores consultaram as posições e ações relativas aos 417 prefeitos baianos, concluindo que o apoio dos líderes municipais pode ser um fator importante em uma eleição a governador, sobretudo, sobretudo numa eleição extremamente equilibrada. No entanto, observam eles, a despeito das coligações formais para o cargo de governador, as posições

dos partidos não são, necessariamente, seguidas por seus prefeitos, muitos impactados pela força do pleito federal e/ou pela lógica governista do peso do partido do governador na ordem estadual.

No terceiro bloco temático desta edição, Os Cadernos do Ceas retomam a reflexão da influência econômica chinesa em um cenário geopolítico mundial cada vez mais complexo, marcado pela escalada da guerra na Ucrânia e das tensões entre China e Taiwan-EUA. Em ***Os centros offshore para negociação de produtos financeiros denominados em Renminbi e o by-pass institucional***, o objeto da investigação é a internacionalização da moeda chinesa, o *renminbi* (RMB). Alexandre Ramos Coelho aborda o seu tema por meio de uma teoria das Relações Internacionais, também adotada na área de Direito e Desenvolvimento, conhecida por *International Institutional Bypass* ou by-pass institucional.

A internacionalização da moeda chinesa, conforme o autor, ocorre pela constituição de inovações dentro do sistema financeiro global, lideradas por Pequim, oferecendo os seus ativos em RMB nos centros financeiros internacionais, tais como ações e títulos públicos, que acabam por caracterizar esses espaços como *RMB Offshore Centers*; daí o by-pass institucional. Testando essa hipótese, o artigo avança na apuração dos movimentos financeiros realizados pela China e, por conseguinte, para uma maior compreensão da estratégia econômica global deste país.

Nesse bloco de análises econômicas, destacamos a continuidade da investigação realizada por Fábio Crocco no artigo ***O Brasil na reestruturação produtiva da manufatura avançada: políticas, ações e desafios***. Este autor, que na edição 253 (2021) havia publicado conosco suas reflexões teóricas e conceituais sobre este mesmo tema, também conhecido como Indústria 4.0, oferece aos leitores dos Cadernos outros aspectos desta pesquisa, agora em um outro contexto político-institucional, marcado pelas propostas “neodesenvolvimentistas” do governo Lula-Alckmin. Suas análises estão amparadas em pesquisa de campo, entrevistas com atores diretamente relacionados à produção e à pesquisa da Manufatura Avançada, além da bibliografia relativa ao tema.

Para o autor, a partir da segunda década do século XXI, vivenciamos o acirramento da concorrência global e o florescimento de novas estratégias produtivas e organizacionais de desenvolvimento pautadas no incentivo à ciência, à tecnologia e à inovação. Nesta nova fase política e econômica do capitalismo global, o artigo analisa a denominada Reestruturação

Produtiva da Manufatura Avançada (RPMA), enfatizando o processo de engajamento do Brasil nesse processo.

Os resultados da pesquisa indicam que, apesar das proposições políticas e das ações nacionais públicas e privadas sintonizadas com a nova reestruturação produtiva e organizacional, o Brasil carece de uma estratégia de desenvolvimento multisetorial robusta e meios políticos e econômicos para efetivá-la. Ademais, o país ainda defrontar-se com antigos e persistentes desafios infraestruturais e socioeconômicos que dificultam os avanços em relação à construção de uma estratégia nacional efetiva.

Dos aspectos mais tecnológicos do processo de valorização do capital industrial, a edição volta-se a outro aspecto da lógica capitalista, a subsunção da natureza para esse mesmo movimento da acumulação. Trata-se da exploração do sal gema pela Braskem em Alagoas. Em *Análise pecheutiana do Discurso da Braskem face ao Crime Corporativo em Maceió*, Paulo Everton Mota Simões e Rômulo Carvalho Cristaldo inovam metodologicamente expondo os danos ambientais, através da teoria do discurso fundada pelo francês Michel Pêcheux. Para isso exploraram o relatório da Braskem sobre seu programa de compensação financeira, após explorar o subsolo de Maceió colhendo avidamente um bem natural, gerando valor para os capitalistas e repassando os custos dos danos socioambientais à Administração Pública e, em última instância, à sociedade.

O discurso analisado tenta encobrir a responsabilidade empresarial na causa do desastre, pelo silenciamento do problema; designa como “fenômeno geológico” os problemas causados em cinco bairros da capital alagoana, desvinculando-o da mineração desastrosa do sal-gema, o maior crime socioambiental em área urbana em curso no planeta. A ação discursiva produz a omissão diante da autoria do crime e atenua a gravidade dos fatos. Por ela, de causadora do desastre, a Braskem se torna apenas mais uma parte interessada, que envida esforços para mitigar os efeitos de um fenômeno geológico, enfim, natural.

Por fim, fechando a edição chegamos aos domínios da fé como caminho da prosperidade. Este é o tema de Drance Elias da Silva. Em *Dinheiro, fé e ansiedade no discurso teológico de prosperidade*, o autor evidencia como uma certa teologia está a produzir o discurso de responsabilização de Deus em relação à vitória almejada pelos fiéis.

Para a denominada teologia da prosperidade, Deus é dono de todo o ouro e de toda a prata. Nessa lógica, a religião deve atuar como baluarte de uma conquista material, afinal ser vitorioso é “chegar lá”, “vencer” e testemunhar a realização da promessa do Deus da

abundância. Assim, exigir, clamar, perseverar e esperar por essa conquista é meta de todo crente. O artigo, por aí, evidencia a fé como “moeda” de Deus, e mostra como a teologia da prosperidade negocia a relação do homem com as coisas divinas.

Mas isso traz sérios problemas. Afinal, trabalhar cotidianamente pela prosperidade, sobretudo financeira, faz apertar o coração e suar as mãos daqueles que dizem ter certeza de que seu Deus não falhará. Por isso mesmo, a máquina neopentecostal produz sérias consequências psicossociais, pois a relação da vida particular do simples fiel, exposto a sérias interdições socioeconômicas, com suas metas transcendentais causa-lhe uma ansiedade que não é amiga. De olho na quantidade, o que fazer se nada conquistar? Como acalmar o coração acelerado que não vê a hora dos céus derramarem toda a promessa do criador?

Os templos em seu dia a dia estão à flor da pele.

Joaci de S. Cunha,
Ângela Borges e
Mariano Vicente.
Editores.